

JANEIRO | 2025 | ED. 05

# BOLETIM MACRO REGIONAL

NORDESTE

## **A dinâmica do Mercado de Trabalho do Nordeste é destaque**

Os dados de geração de emprego e rendimentos crescem em 2024



# Índice

<b>Atividade Econômica .....</b>	<b>4</b>
<b>Atividade Setorial – Indústria.....</b>	<b>6</b>
<b>Atividade Setorial – Serviços e Comércio.....</b>	<b>8</b>
<b>Mercado de Trabalho .....</b>	<b>11</b>
<b>Inflação.....</b>	<b>15</b>
<b>Comércio Exterior .....</b>	<b>17</b>
<b>Finanças Públicas .....</b>	<b>19</b>
 <b>NORDESTE EM FOCO</b>	
<b>Qual o tamanho da desigualdade racial na educação do Nordeste? .....</b>	<b>23</b>



# Editorial

O Boletim Macro Regional desta edição apresenta, na seção de mercado de trabalho, uma discussão sobre a evolução do rendimento real médio mensal do trabalho, bem como da massa de rendimentos no terceiro trimestre de 2024. O rendimento real médio mensal do trabalho apresentou crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano de 2023. A massa de rendimentos mostrou certa estabilidade em relação ao trimestre imediatamente anterior, mas um crescimento de 10,9% quando comparado ao terceiro trimestre do ano de 2023.

Em termos de ocupação, segundo os dados do NOVO CAGED, o saldo de empregos formais da região Nordeste em novembro/2024 foi de 25,5 mil postos de trabalho, contribuindo para um acumulado de 384.492 no ano. No entanto, observando a evolução desses empregos gerados, o cenário indica desaceleração sazonal do crescimento, mas ainda reflete um mercado de trabalho muito aquecido em 2024.

A seção de finanças públicas faz uma análise sobre a condição fiscal das capitais nordestinas no período compreendido entre 2013 e 2023, mostrando, por meio de uma série de indicadores, que elas melhoraram sua situação relativamente às demais capitais brasileiras.

Em relação à atividade econômica, o Nordeste apresentou crescimento moderado de +0,5% no trimestre móvel (de agosto a setembro) e, no acumulado de 2024, a região cresce acima da média nacional. Grande parte desse bom desempenho da dinâmica econômica vem dos serviços e de um crescimento da indústria na casa dos 2% no acumulado do ano.

Quanto à inflação, tal como tinha ocorrido nos últimos três meses, houve nova alta do IPCA da região Nordeste, com variação de 0,35% em novembro/2024, em relação ao mês imediatamente anterior. Um dado importante é que, pelo sexto mês consecutivo, a região apresenta resultado abaixo da média nacional.

No comércio exterior, os dados consolidados até novembro deste ano mostram déficit acumulado de US\$ 3,8 bilhões, impulsionado pelos setores de indústria de transformação e extrativismo, indicando a persistência da trajetória de saldo



negativo da balança comercial da região. Por outro lado, o setor agropecuário se destacou com superávit de US\$ 6,8 bilhões, consolidando a região, cada vez mais, como polo relevante de exportação de commodities agrícolas.

Por fim, o “Nordeste em Foco” traz um debate importante sobre a presença da desigualdade racial na educação nordestina, mostrando um quadro de melhor aprendizagem, refletido nos resultados, de alunos brancos em comparação aos pretos e pardos. Além disso, as pioras no desempenho dos alunos negros aumentam ao longo do tempo, especialmente no período da pandemia da Covid-19. Algumas propostas de políticas públicas como forma de reduzir essas distorções são apresentadas no final da discussão.



## Atividade Econômica

*A atividade econômica da Região Nordeste teve desempenho estável em outubro/2024 com crescimento de 0,5% no trimestre móvel.*

A atividade econômica do Brasil manteve trajetória de crescimento em outubro/2024, registrando variação de +0,1% no Índice de Atividade Econômica dessazonalizado, conforme dados divulgados pelo Banco Central. No acumulado do trimestre móvel (agosto, setembro e outubro), o Brasil apresentou expansão de +1,2%, sinalizando desempenho robusto no cenário nacional.

O desempenho da Região Nordeste ficou aquém da média nacional em outubro e no trimestre móvel. A atividade econômica nordestina permaneceu estagnada no mês de outubro/2024 (+0,0%), refletindo uma recuperação limitada após os desafios enfrentados no 3º trimestre. No trimestre móvel (agosto, setembro e outubro), a região apresentou crescimento de apenas +0,5%, valor inferior ao observado na média nacional (+1,2%). O resultado regional para outubro/2024 em relação ao mês imediatamente anterior não é de todo ruim, visto que a região Sudeste caiu -0,4% e a Centro-Oeste, -1,3%.

**Tabela 1: Variações percentuais do IBC-R Dessazonalizado – outubro/2024**

UF	Mês <sup>(1)</sup>	Trimestre <sup>(2)</sup>
BA	▲ 0,5	▼ 1,0
CE	▲ 0,3	▲ 1,2
PE	▼ 1,7	▼ 0,4
<b>NE</b>	<b>▲ 0,0</b>	<b>▲ 0,5</b>
<b>BR</b>	<b>▲ 0,1</b>	<b>▲ 1,2</b>

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mês imediatamente anterior. (2) variação no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Na análise por estado, o Ceará mais uma vez é destaque com resultados positivos, registrando crescimento de +0,3% em outubro e +1,2% no trimestre móvel. A Bahia se recuperou da queda em setembro/2024 e apresentou alta de +0,5% em outubro, mas retração significativa de -1,0% no trimestre móvel, indicando dificuldades para sustentar o crescimento no curto prazo. Já Pernambuco enfrenta um cenário mais adverso, com quedas expressivas de -1,7% no mês e -0,4% no trimestre móvel. O desempenho mais fraco da economia pernambucana refletiu a retração na produção industrial, que exerceu impacto significativo sobre os resultados econômicos da região toda.

Com base nos dados sem ajuste sazonal, o Nordeste apresentou avanço expressivo de +5,5% em outubro/2024 na comparação interanual, e de +5,0% no trimestre, comparado ao mesmo período de 2023. No acumulado do ano, a região cresceu +3,9% e, nos últimos 12 meses, registrou expansão de +3,8%, mantendo trajetória de crescimento econômico consistente.



Ainda em relação aos dados observados em outubro/2024, ao nível estadual, o Ceará mostra avanço significativo de 6,7% no mês na comparação interanual, 6,8% no trimestre, e o maior crescimento no acumulado do ano (+5,9%), consolidando-se como um dos estados mais dinâmicos da região no período. Pernambuco também registrou crescimento expressivo de 3,6% em outubro e 5,0% no trimestre, assim como a Bahia (+3,9%), em relação a outubro de 2023. No acumulado do trimestre, a economia baiana registrou alta de +4,3%, embora o desempenho anual (+2,9%) e nos últimos 12 meses (+3,1%) tenha sido mais modesto em comparação a outros estados da região.

As expectativas para a economia do Nordeste no curto e médio prazo permanecem otimistas, embora alguns desafios persistam. O recente crescimento tem sido impulsionado pela força do setor de serviços e pelo aumento do consumo, alimentado pela recuperação no mercado de trabalho e pelo crescimento da renda. No entanto, o ambiente de juros elevados por mais tempo pode limitar o ritmo de recuperação, afetando especialmente setores que dependem diretamente de crédito e investimentos mais intensivos, como a indústria. Apesar desses obstáculos, a região segue em trajetória positiva, mas exigirá esforços para superar restrições estruturais e manter o crescimento sustentável.

Tabela 2: Variações percentuais do IBC-R – outubro/2024

UF	Mês <sup>(1)</sup>	Trimestre <sup>(2)</sup>	Ano <sup>(3)</sup>	Últimos 12 meses <sup>(4)</sup>
BA	▲ 3,9	▲ 4,3	▲ 2,9	▲ 3,1
CE	▲ 6,7	▲ 6,8	▲ 5,9	▲ 5,3
PE	▲ 3,6	▲ 5,0	▲ 4,4	▲ 4,2
<b>NE</b>	<b>▲ 5,5</b>	<b>▲ 5,0</b>	<b>▲ 3,9</b>	<b>▲ 3,8</b>
<b>Brasil</b>	<b>▲ 7,3</b>	<b>▲ 5,4</b>	<b>▲ 3,7</b>	<b>▲ 3,4</b>

Fonte: Banco Central. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. Notas: (1) variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. (2) variação no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. (3) variação no ano até o mês-base. (4) variação dos últimos 12 meses em relação aos mesmos meses do ano anterior.



## Atividade Setorial – Indústria

*A produção física do Nordeste mostra estabilidade em outubro/2024, interrompendo duas quedas consecutivas*

A produção física industrial da Região Nordeste apresentou leve recuperação em outubro/2024, com crescimento de +0,1% em relação a setembro, interrompendo a tendência de queda que se iniciou em agosto, conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. Em contraste, a indústria nacional registrou resultado negativo de -0,2% no mesmo período (mas também próximo da estabilidade). Comparando com outubro do ano passado, o Nordeste apresentou crescimento de 4,0% e o Brasil de 5,8%.

**Tabela 1:** Desempenho da Indústria Geral - outubro/2024

UF	Var. Mensal <sup>(1)</sup>	Var. Mesmo mês <sup>(2)</sup>	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
BA	▲ 2,3	▲ 1,7	▲ 2,9	▲ 3,5
CE	▲ 3,5	▲ 8,5	▲ 8,6	▲ 7,7
MA	-	▲ 5,0	▲ 4,0	▲ 3,7
PE	▼ 0,8	▼ 0,7	▲ 3,1	▲ 3,6
RN	-	▲ 25,0	▲ 10,6	▲ 10,8
<b>NE</b>	<b>▲ 0,1</b>	<b>▲ 4,0</b>	<b>▲ 2,1</b>	<b>▲ 1,9</b>
<b>BR</b>	<b>▼ 0,2</b>	<b>▲ 5,8</b>	<b>▲ 3,4</b>	<b>▲ 3,0</b>

Fonte: PIM-PF-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em relação aos estados da região, o Ceará se recuperou da queda expressiva de setembro/2024, crescendo +3,5% em outubro/2024 e 8,5% quando comparado ao mesmo mês de 2023. A Bahia também se recuperou do revés de setembro/2024, crescendo +2,3% em outubro. O Rio Grande do Norte teve desempenho excepcional, com aumento de 25% em relação a outubro/2023. Essa alta é atribuída principalmente à produção de biocombustíveis e à fabricação de alimentos. Em contrapartida, Pernambuco continuou mostrando em outubro resultados negativos para a produção física industrial, com queda de 0,8% em relação ao mês imediatamente anterior e leve retração de 0,7% em comparação ao mesmo mês do ano passado.

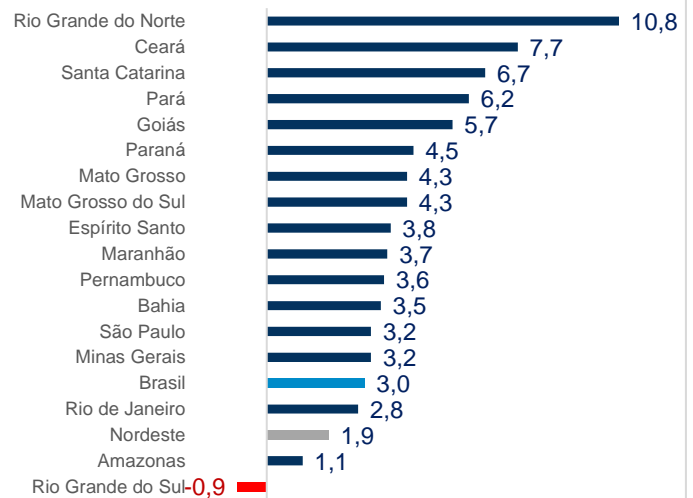
Em outubro/2024, a indústria extrativa na região Nordeste apresentou crescimento de +6,0%, enquanto a indústria de transformação se expandiu em 3,9% em comparação ao mesmo mês do ano



anterior. Dentro da indústria de transformação nordestina, destacaram-se as atividades de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, que cresceu +16,0%, e a Fabricação de produtos de borracha e material plástico (+12,2%). Por outro lado, a Fabricação de celulose, papel e produtos de papel registrou queda de -8,6%.

Analisando os indicadores acumulados, a indústria do Nordeste continua com crescimento menor que a média nacional, tanto até outubro como nos últimos 12 meses (ver Tabela 1).

**Gráfico 1:** Produção Física Industrial  
Variação acumulada em 12 meses (%)



No segmento de indústrias de transformação, o Nordeste avançou +2,6%, ainda abaixo do desempenho do Brasil, que cresceu +3,8%. A indústria extrativa no Nordeste continua mostrando dificuldades: registrou queda acentuada de -9,2%, em contraste com a alta de +1,3% observada no Brasil.

**No ranking de crescimento dos últimos 12 meses até outubro/2024, o Rio Grande do Norte lidera nacionalmente, com alta de +10,8%, seguido pelo Ceará, com crescimento de +7,7%.** Os estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia apresentam resultados semelhantes, com crescimentos que superam a média nacional. O Rio grande do Sul, como resultado da tragédia climática no início do ano, ainda busca recuperação.

A confiança dos empresários industriais no Nordeste, medida pela CNI, permanece em nível positivo (acima de 50 pontos), embora próximo da estabilidade. O ciclo de aperto monetário implementado pelo BACEN, com expectativa de mais aumentos na SELIC em 2025, e a acentuada desvalorização do real nas últimas semanas são fatores que intensificam as incertezas em relação aos investimentos no setor industrial e interferem nas expectativas dos agentes.



Fonte: CNI. Elaboração: FGV/IBRE nordeste.





## Atividade Setorial – Serviços e Comércio

*O desempenho do Nordeste permanece superior à média nacional em diversos Estados.*

Na comparação com o mês anterior, outubro/2024 mostrou crescimento no volume dos serviços na maioria dos estados nordestinos, exceto no Piauí, que registrou queda de 3,5%. O Rio Grande do Norte se destacou com alta de 5,4%, seguido por Pernambuco (4,3%) e Paraíba (4,0%). Apesar da retração mensal, o Piauí se manteve positivo no volume de serviços, com crescimentos sólidos em relação ao mesmo mês do ano anterior, no acumulado do ano e em 12 meses. Por outro lado, Alagoas e Ceará apresentaram desempenhos mais modestos, com crescimentos bem abaixo da média nacional no acumulado do ano e em 12 meses.

**Tabela 1:** Desempenho do Volume de Serviços – outubro/24

UF	Var. Mensal <sup>(1)</sup>	Var. Mesmo mês <sup>(2)</sup>	Var. acum. ano	Var. 12 meses
AL	▲ 0,3	▲ 1,9	▲ 0,4	▲ 0,2
BA	▲ 3,5	▲ 3,6	▲ 1,3	▲ 2,0
CE	▲ 2,9	▲ 4,8	▲ 0,9	▲ 0,6
MA	▲ 0,7	0,0	▲ 2,2	▲ 1,8
PB	▲ 4,0	▲ 8,4	▲ 4,3	▲ 3,3
PE	▲ 4,3	▲ 8,9	▲ 4,1	▲ 3,1
PI	▼ 3,5	▲ 16,2	▲ 6,5	▲ 6,4
RN	▲ 5,4	▲ 13,2	▲ 3,1	▲ 3,0
SE	▲ 3,8	▲ 17,4	▲ 7,1	▲ 7,2
<b>BR</b>	<b>▲ 1,1</b>	<b>▲ 6,3</b>	<b>▲ 3,2</b>	<b>▲ 2,7</b>

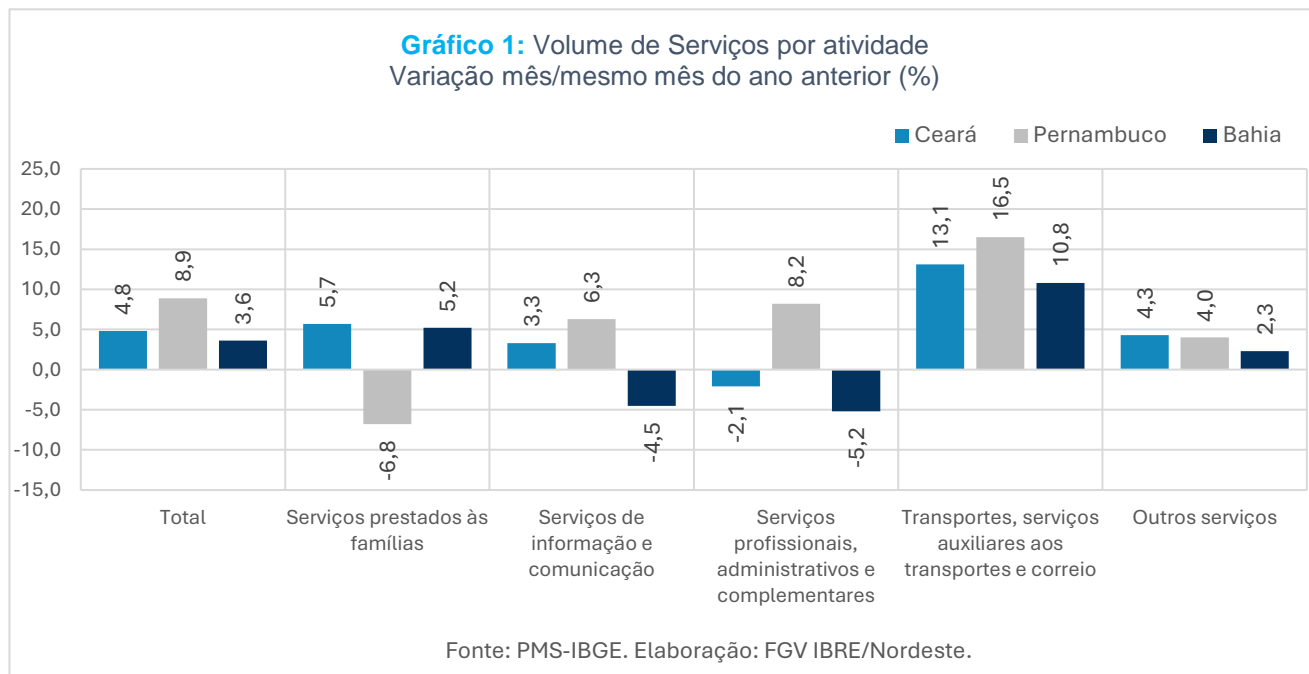
Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em outubro de 2024, o setor de serviços de atividades turísticas mostrou um cenário de crescimento mensal em todos os estados analisados, embora os resultados acumulados ainda evidenciem desafios. Alagoas registrou crescimento de 3,8% em comparação ao mês anterior, mas enfrentou quedas de 3,7% no acumulado anual e de 3,5% nos últimos 12 meses. O Ceará, por sua vez, teve aumento de 10,8% no mês, embora tenha experimentado queda de 1,1% nos últimos 12 meses. A Bahia se destacou com crescimentos de 4,8% no mês e 7,3% no ano. Pernambuco obteve um bom desempenho mensal (8,7%), mas seus resultados no acumulado anual (3,8%) e em 12 meses (3,7%) foram mais modestos. Por fim, o Rio Grande do Norte também apresentou um bom crescimento mensal (6,6%), apesar de uma queda de 2,2% nos últimos 12 meses.

Na análise setorial para outubro/2024, o setor de Transportes cresceu nos três estados: 16,5% em Pernambuco, 13,1% no Ceará e 10,8% na Bahia. Pernambuco também teve bom desempenho nos



Serviços profissionais (8,2%). A Bahia teve quedas nos Serviços profissionais, de informação e comunicação, e prestados às famílias. O Ceará registrou crescimento em Serviços de informação e comunicação (3,3%) e em Serviços prestados às famílias (5,7%).



A análise da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) de outubro de 2024 indica avanços moderados na maioria dos estados nordestinos, com destaque para o Ceará (2,1%) e a Bahia (1,6%), que apresentaram as maiores variações mensais. Em contrapartida, o Piauí registrou a maior queda (-1,1%), seguido por reduções mais leves no Maranhão (-0,3%) e em Sergipe (-0,6%). No entanto, todos os estados apresentaram crescimento positivo tanto no acumulado do ano quanto nos últimos 12 meses, com destaque para a Paraíba, que registrou expressivo aumento de 19% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esse desempenho positivo foi registrado na maioria dos estados, superando a média nacional e evidenciando o dinamismo do varejo na região.

**Tabela 2: Desempenho do Comércio Varejista - outubro/24**

UF	Var. Mensal <sup>(1)</sup>	Var. Mesmo mês <sup>(2)</sup>	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
AL	▲ 0,6	▲ 12,1	▲ 7,0	▲ 6,4
BA	▲ 1,6	▲ 9,6	▲ 8,0	▲ 7,2
CE	▲ 2,1	▲ 9,3	▲ 8,2	▲ 8,0
MA	▼ 0,3	▲ 5,8	▲ 7,0	▲ 7,8
PB	▲ 0,2	▲ 19,0	▲ 12,9	▲ 8,1
PE	▲ 0,1	▲ 6,7	▲ 5,3	▲ 4,3
PI	▼ 1,1	▲ 11,0	▲ 6,9	▲ 5,5
RN	▲ 0,4	▲ 10,0	▲ 5,9	▲ 4,8
SE	▼ 0,6	▲ 10,8	▲ 5,9	▲ 4,5
<b>BR</b>	<b>▲ 0,4</b>	<b>▲ 6,5</b>	<b>▲ 5,0</b>	<b>▲ 4,4</b>

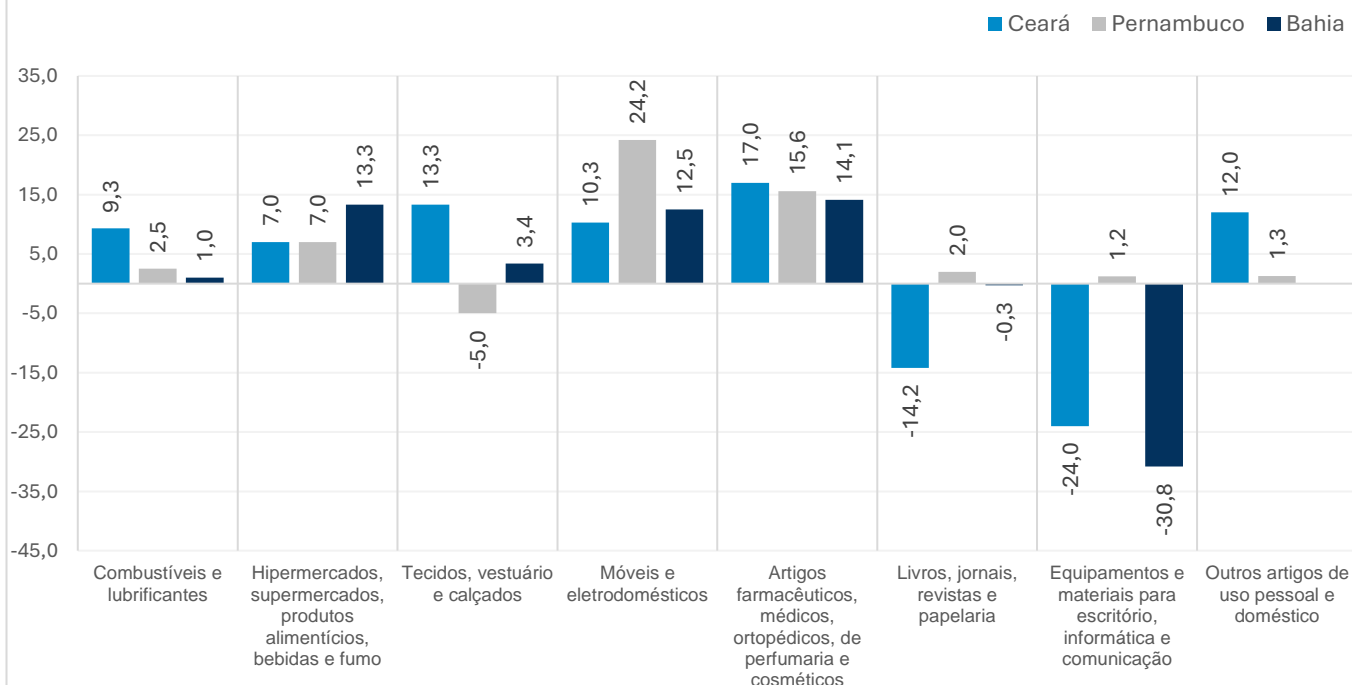
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV/IBRE Nordeste. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.



Na análise do comércio varejista ampliado, a Bahia (37,3%) e Pernambuco (31,7%) destacaram-se no setor de veículos, com crescimento expressivo, enquanto o Ceará (6,1%) teve um desempenho mais modesto. No material de construção, o Ceará liderou com crescimento de 26,5%, seguido pela Bahia (8,5%) e Pernambuco (0,4%). No setor de atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, Pernambuco apresentou aumento de 7,4%, o Ceará teve um crescimento de 3,6%, e a Bahia enfrentou queda significativa de -22,8%.

Em outubro de 2024, o Ceará se destacou nos setores de artigos farmacêuticos, médicos e cosméticos (17,0%), móveis e eletrodomésticos (10,3%) e tecidos, vestuário e calçados (13,3%), mas com queda acentuada em equipamentos e materiais para escritório (-24%). Em Pernambuco, o destaque foi o crescimento de móveis e eletrodomésticos (24,2%) e artigos farmacêuticos (15,6%). A Bahia apresentou bons resultados em móveis e eletrodomésticos (12,5%) e artigos farmacêuticos (14,1%), mas enfrentou quedas significativas em equipamentos e materiais para escritório (-30,8%) e na venda de papelaria (-0,3%). No geral, os segmentos de combustíveis, alimentos e alguns artigos pessoais apresentaram alta, enquanto produtos tecnológicos e de papelaria enfrentaram dificuldades.

**Gráfico 2:** Volume de Vendas no Comércio Varejista por seguimento  
Variação mês/mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.



## Mercado de Trabalho

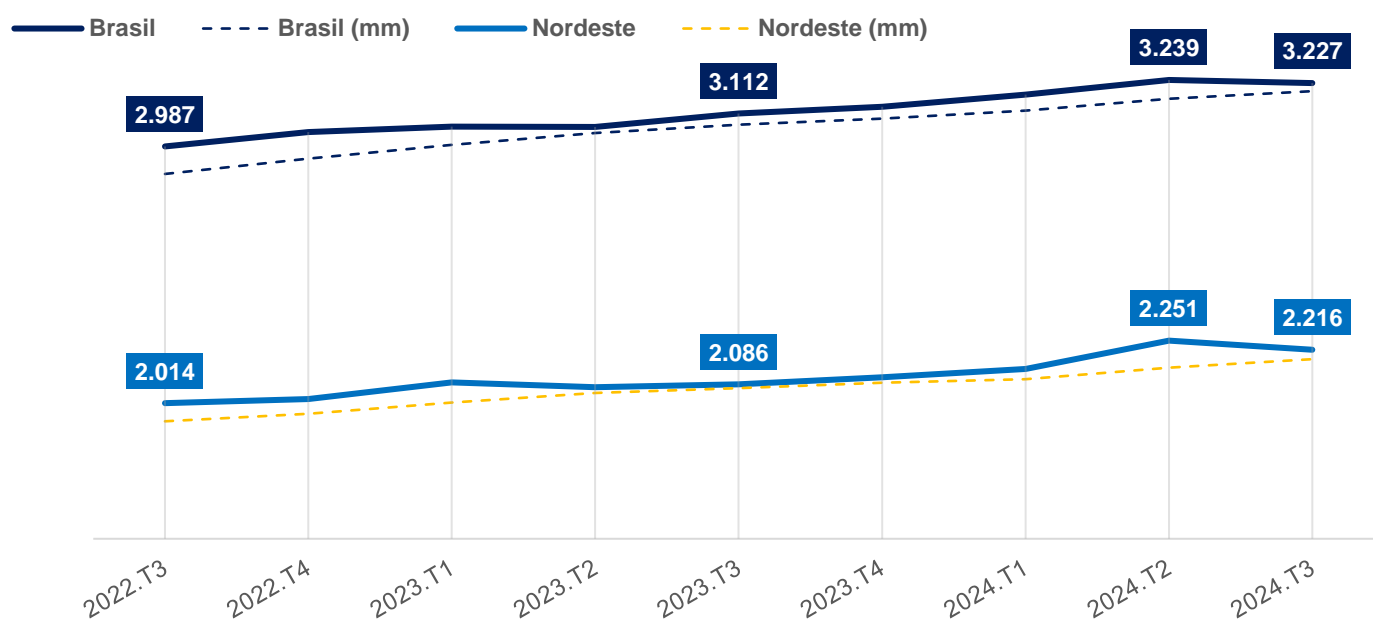
*Rendimento real médio apresenta relativa estabilidade no terceiro trimestre de 2024 e massa de rendimentos ainda reflete um bom momento no mercado de trabalho. O saldo de empregos do Nordeste mostra melhor desempenho em novembro/2024*

Considerando dados referentes ao terceiro trimestre de 2024 (2024.T3), na região Nordeste, o rendimento real médio mensal do trabalho (habitualmente recebido de todos os trabalhos) foi estimado em R\$ 2.216. Esse valor representa 68,7% do rendimento médio calculado nacionalmente para o mesmo período, de R\$ 3.227.

Essa estimativa pontual do rendimento real médio no Nordeste indica pequena redução, de 1,6%, em relação ao trimestre anterior (2024.T2), estimada em R\$ 2.251. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (2023.T3), estimado em R\$ 2.086, calcula-se um crescimento de 6,2%. Em âmbito nacional, o rendimento médio do trabalho também apresentou pequena redução no último trimestre (inferior a 0,4%) e um crescimento de 3,7% no último ano.

Apesar do diferencial, a trajetória de rendimentos do trabalho na região Nordeste se assemelha bastante ao comportamento observado em nível nacional. Isso pode ser observado no Gráfico 1, que apresenta as trajetórias recentes do rendimento real médio do trabalho para a região Nordeste e para o Brasil, considerando informações dos últimos dois anos. Nesse gráfico, também estão plotadas médias móveis (mm), que permitem melhor visualização da tendência recente.

**Gráfico 1:** Rendimento real médio do trabalho - Nordeste e Brasil (2022.T3 a 2024.T3).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IBRE/FGV.



Considerando estimativas para os estados da região, os menores rendimentos foram calculados para os estados da Bahia (R\$2.087), Maranhão (R\$2.088) e Ceará (R\$2.101). Por sua vez, as maiores médias foram estimadas para os estados do Rio Grande do Norte (R\$2.579), Paraíba (R\$2.391) e Piauí (R\$2.368). Essas informações estão sumarizadas na Tabela 1.

**Tabela 1:** Rendimento real médio do trabalho (R\$ mensais) no Nordeste – trimestres selecionados.

UF	3º trim./2023 (R\$)	2º trim./2024 (R\$)	3º trim./2024 (R\$)	Varição anual (%)	Varição trimestral (%)
AL	2.037	2.139	2.273	▲ 11,6	▲ 6,3
BA	2.014	2.217	2.087	▲ 3,6	▼ 5,9
CE	2.015	2.185	2.101	▲ 4,3	▼ 3,8
MA	1.909	2.102	2.088	▲ 9,4	▼ 0,7
PB	2.248	2.279	2.391	▲ 6,4	▲ 4,9
PE	2.171	2.288	2.312	▲ 6,5	▲ 1,0
PI	2.313	2.367	2.368	▲ 2,4	0,0
RN	2.335	2.666	2.579	▲ 10,4	▼ 3,3
SE	2.140	2.298	2.344	▲ 9,5	▲ 2,0
<b>NE</b>	<b>3.112</b>	<b>3.239</b>	<b>3.227</b>	<b>▲ 3,7</b>	<b>▼ 0,4</b>
<b>BR</b>	<b>2.086</b>	<b>2.251</b>	<b>2.216</b>	<b>▲ 6,2</b>	<b>▼ 1,6</b>

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IBRE/FGV.

A Tabela 1 também apresenta variações trimestrais (em relação ao trimestre imediatamente anterior) e anual (em relação ao mesmo trimestre do ano anterior). Embora essas variações possam ser explicadas por diversos aspectos conjunturais, muitas vezes específicos de cada estado, é importante ter um monitoramento desses movimentos.

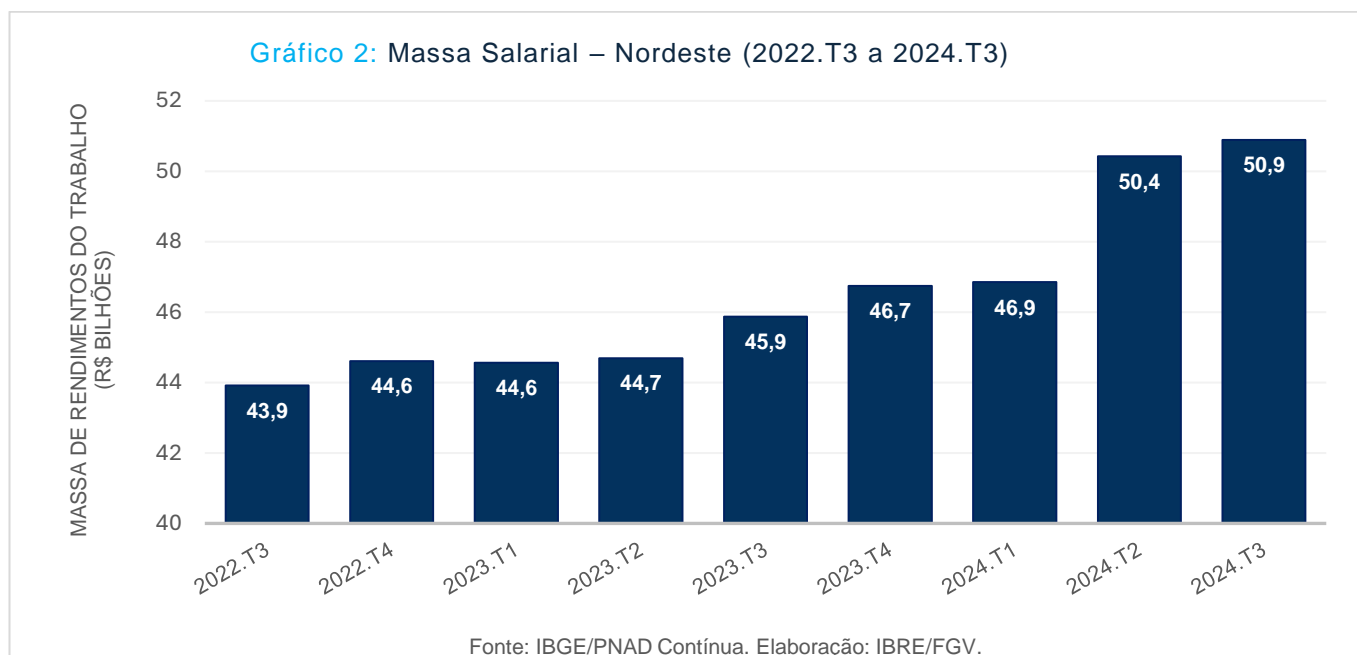
Em termos de variação anual, todos os estados apresentaram crescimento do rendimento real médio do trabalho. Destaca-se o crescimento estimado para os estados de Alagoas (11,6%) e Rio Grande do Norte (10,4%). Em termos de variação trimestral, assim como a média nordestina, quatro estados apresentaram variações negativas, são eles: Bahia (-5,9%), Ceará (-3,8%), Maranhão (-,07%) e Rio Grande do Norte (-3,3%). Em sentido oposto a esse movimento, dois estados apresentaram crescimento significativo no último trimestre: Alagoas (6,3%) e Paraíba (4,9%).

A massa de rendimentos do trabalho (rendimento real médio de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês), é um indicador que reflete o comportamento do rendimento médio e da população ocupada. Ao nível nacional, esse indicador foi estimado em R\$ 327,7 bilhões, se mantendo relativamente estável em relação ao trimestre anterior (R\$ 325,2 bilhões) e com crescimento de 7,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 305,8 bilhões).



No terceiro trimestre de 2024, a população ocupada na região Nordeste foi estimada em 23,4 milhões de pessoas. Isso representa 22,7% da população ocupada em todo o país (103 milhões). Por sua vez, a massa de rendimentos do trabalho foi estimada em R\$ 50,9 bilhões; valor equivalente a 16% da massa de rendimentos do trabalho agregada para o Brasil.

O Gráfico 2 apresenta a evolução recente da massa de rendimentos do trabalho na região Nordeste. Esse indicador também apresentou relativa estabilidade em relação ao último trimestre e crescimento de 10,9% em relação ao valor estimado para o terceiro trimestre de 2023 (R\$ 45,9 bilhões).



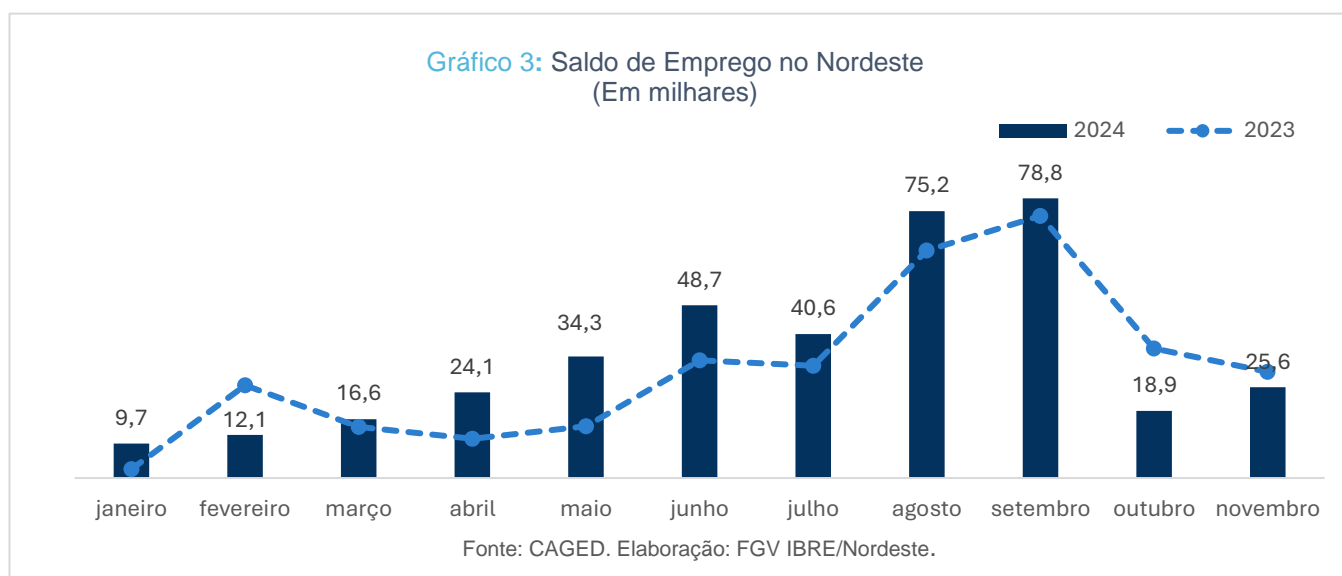
Obviamente, os estados nordestinos com maior massa de rendimentos são os estados com maior população ocupada. Os maiores valores desse indicador são verificados nos estados da Bahia (R\$ 13 bilhões), Pernambuco (R\$ 8,8 bilhões) e Ceará (R\$ 7,7 bilhões).

Os dados do terceiro trimestre de 2024 revelam um cenário de relativa estabilidade dos rendimentos do trabalho, após crescimento nos trimestres anteriores. As variações no último trimestre mostram um desempenho heterogêneo entre os estados da região, com algumas unidades mantendo a tendência de crescimento e outras apresentando sinais de desaceleração. Por sua vez, a variação positiva na massa de rendimentos reflete um mercado de trabalho ainda aquecido. O crescimento de 10,9% na massa de rendimentos em relação ao mesmo trimestre do ano anterior sinaliza aumento na capacidade de geração de renda da região, refletindo o crescimento da população ocupada, mesmo diante de desafios como a informalidade ainda elevada e as desigualdades regionais no mercado de trabalho. Apesar disso, o aumento na massa de rendimentos demonstra uma capacidade crescente de absorção de trabalhadores no mercado formal e recuperação parcial do poder de compra das famílias, o que contribui para impulsionar a atividade econômica regional.



Por fim, o saldo de empregos formais da região no mês de novembro/2024 foi de 25,5 mil postos de trabalho, contribuindo para um acumulado de 384.492 no ano. A Bahia liderou o saldo de empregos em novembro (7,2 mil postos) e no acumulado anual (+103,2 mil), seguida por Pernambuco (+72,4 mil) e Ceará (+62,3 mil). Por outro lado, o Piauí apresentou saldo negativo em novembro, com perda de 1,3mil postos, mas manteve saldo positivo no acumulado do ano (+16,5 mil).

Apesar do crescimento positivo no acumulado do ano na maior parte dos estados, houve redução no saldo mensal de novembro em relação ao mesmo mês do ano anterior para quase todos os estados, com exceção do Ceará e Pernambuco. O cenário indica desaceleração do ritmo de criação de empregos formais nos últimos meses de 2024, contrastando com o crescimento expressivo observado nos trimestres anteriores, mas ainda reflete um mercado de trabalho aquecido no acumulado de 2024.



**Tabela 2: Saldo de Empregos no Nordeste - Novembro/2024**

UF	Novembro	Acumulado do Ano	Situação (em relação a novembro/2023)	Situação (em relação ao acumulado 2023)
AL	1.773	24.129	▼	▲
BA	7.191	103.245	▲	▲
CE	4.443	62.312	▲	▲
MA	1.419	23.218	▲	▼
PB	2.720	28.409	▼	▲
PE	5.526	72.451	▼	▲
PI	— 1.378	16.484	▼	▼
RN	2.361	36.859	▼	▲
SE	1.502	17.385	▼	▲
<b>NE</b>	<b>25.557</b>	<b>384.492</b>	▼	▲
<b>BR</b>	<b>106.625</b>	<b>2.224.102</b>	▼	▲

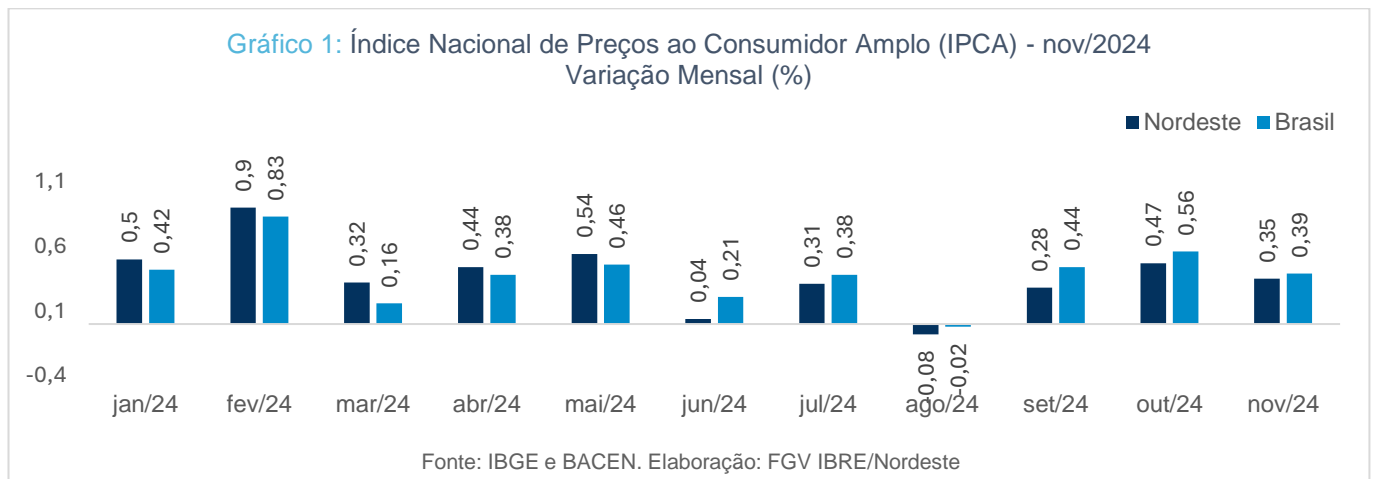
Fonte: CAGED. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. \* série com ajuste



## Inflação

*Apesar da redução nos preços da energia elétrica, o grupo Alimentação continua exercendo pressão sobre o IPCA.*

O IPCA da região Nordeste apresentou uma variação de 0,35% em novembro/2024, mantendo-se abaixo da média nacional de 0,39% pelo sexto mês consecutivo. Entre as capitais nordestinas analisadas, Fortaleza destacou-se com alta superior à média nacional, registrando 0,44%. Em contrapartida, Aracaju, mais uma vez, apresentou a menor variação mensal da região e uma das menores do país, com apenas 0,24%.



**Tabela 1: Inflação (IPCA) – novembro/2024**

UF	Var. mensal	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
Fortaleza (CE)*	▲ 0,44	▲ 4,24	▲ 5,10
Recife (PE)*	▲ 0,42	▲ 4,00	▲ 4,22
Salvador (BA)*	▲ 0,28	▲ 3,75	▲ 4,62
São Luís (MA)	▲ 0,33	▲ 5,76	▲ 6,22
Aracaju (SE)	▲ 0,24	▲ 4,12	▲ 3,82
<b>BR</b>	<b>▲ 0,39</b>	<b>▲ 4,29</b>	<b>▲ 4,87</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste. \*Região Metropolitana

Grande parte da variação positiva do IPCA nas capitais nordestinas em novembro de 2024 foi impulsionada pelo aumento nos preços do grupo Alimentação e Bebidas, que apresentou alta em todas as capitais analisadas, influenciada pela seca, pelo ciclo da pecuária e pela desvalorização cambial que elevou consideravelmente os custos, refletindo-se nos preços do segmento. São Luís liderou com a maior variação, registrando aumento de 2,35%, enquanto Recife teve a menor, com 1,04%. Além disso, o grupo





Transportes, que havia registrado deflação em outubro/2024, voltou a apresentar alta em novembro. Recife registrou o maior aumento, de 2,48%, seguido por Fortaleza, com alta de 1,3%, contribuindo significativamente para as variações mensais positivas do IPCA nas respectivas cidades. Outro grupo que apresentou altas significativas foi o de Despesas Pessoais, com Fortaleza (+1,28%) e Salvador (+0,89%) liderando as altas.

O grupo Habitação se destacou como o principal impacto negativo no índice. A queda nesse grupo foi generalizada em todo o Nordeste, impulsionada pela expressiva redução nos preços da energia elétrica, já esperada devido à mudança na bandeira tarifária. A maior queda foi registrada em Recife (-6,83%) e a menor em Aracaju (-6,06%). Para o grupo Habitação como um todo, São Luís apresentou o maior recuo, -2,07%. O grupo Saúde e Cuidados Pessoais mostrou variações negativas em algumas capitais nordestinas, como Recife e São Luís, enquanto registrou aumentos nas demais. Fortaleza destacou-se com a maior variação positiva, com +0,39%.

O grupo Educação apresentou variações próximas à estabilidade, com altas em São Luís (+0,07%) e Recife (+0,03%) e quedas em Salvador (-0,05%) e Fortaleza (-0,02%). Já o grupo Comunicação teve aumentos em quase todas as capitais, liderados por Aracaju (+0,54%) e São Luís (+0,50%), enquanto a média nacional apresentou leve queda de -0,10%.

Até novembro/2024, São Luís liderou as altas no IPCA, com 5,76% no ano e 6,22% em 12 meses, bem acima da média nacional de 4,29% e 4,87%, respectivamente. Fortaleza também superou a média nacional nos 12 meses (+5,10%). Já Aracaju registrou o menor acumulado em 12 meses, 3,82%, e Salvador (+3,75%) o menor acumulado do ano. Os impactos de cada grupo no índice acumulado estão destacados na tabela abaixo. Como era esperado, os grupos Alimentação e Bebidas e Habitação sobressaem como os principais responsáveis pelo impacto no IPCA acumulado, além de Transportes e Saúde e Cuidados Pessoais. Por exemplo, em São Luiz, os segmentos de Alimentação e Bebidas e Habitação contribuem com mais de 50% da inflação acumulada até novembro/2024.

**Tabela 2:** Impacto no IPCA acumulado até novembro/2024

IPCA - Impacto (p.p.)	Brasil	São Luís (MA)	Aracaju (SE)	Fortaleza (CE)	Recife (PE)	Salvador (BA)
Índice geral	▲ 4,29	▲ 5,76	▲ 4,12	▲ 4,24	▲ 4,00	▲ 3,75
Alimentação e bebidas	▲ 1,36	▲ 1,91	▲ 0,94	▲ 1,44	▲ 1,22	▲ 0,92
Habitação	▲ 0,56	▲ 1,17	▲ 0,51	▲ 0,61	▲ 0,49	▲ 0,29
Artigos de residência	▲ 0,02	▲ 0,01	▼ 0,02	▲ 0,11	▼ 0,09	▼ 0,01
Vestuário	▲ 0,08	▲ 0,27	▲ 0,18	▲ 0,04	▲ 0,01	▲ 0,07
Transportes	▲ 0,55	▲ 0,85	▲ 0,68	▲ 0,19	▲ 0,68	▲ 0,48
Saúde e cuidados pessoais	▲ 0,76	▲ 0,81	▲ 0,89	▲ 0,91	▲ 0,98	▲ 0,98
Despesas pessoais	▲ 0,45	▲ 0,40	▲ 0,31	▲ 0,33	▲ 0,30	▲ 0,46
Educação	▲ 0,38	▲ 0,26	▲ 0,48	▲ 0,50	▲ 0,32	▲ 0,43
Comunicação	▲ 0,12	▲ 0,09	▲ 0,14	▲ 0,12	▲ 0,09	▲ 0,13



Fonte: IBGE. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

## Comércio Exterior

*O déficit da indústria de transformação segue determinando o desempenho da região*

A balança comercial do Nordeste até novembro de 2024 mostra um déficit acumulado de US\$ 3,8 bilhões, impulsionado pelos setores de indústria de transformação e extrativismo. Por outro lado, o setor agropecuário continua se destacando, com superávit de US\$ 6,8 bilhões, consolidando a região como um polo importante de exportação de commodities agrícolas. O segmento de outros produtos também registrou superávit, embora com contribuição limitada para a redução do desequilíbrio comercial.

**Tabela 1:** Balança Comercial por Setor no Nordeste – Acumulado até novembro/2024 (Em milhões)

Setor	Exportações (US\$ FOB)	Importações (US\$ FOB)	Saldo (US\$ FOB)
Agropecuária	7.725	927	▲6.798
Indústria de Transformação	13.632	20.531	▼6.899
Indústria Extrativa	1.367	5.140	▼3.772
Outros Produtos	43	11	▲31
<b>Total</b>	<b>22.767</b>	<b>26.608</b>	<b>▼3.842</b>

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

A soja é o principal produto das exportações agropecuárias do Nordeste, representando US\$ 5,3 bilhões, ou 69,23% das exportações do setor. A maioria dessa produção foi destinada à China, que absorveu 72,78% da soja, com destaque para os estados da Bahia, Maranhão e Piauí. Por outro lado, o trigo é o item agropecuário mais importado (com a Argentina como principal fornecedora), totalizando US\$ 638 milhões, ou 68,86% das importações do setor. Em seguida entre os importados na agropecuária, vem Cacau e Frutas e Nozes, com os estados da Bahia (24,84%), Ceará (33,62%) e Pernambuco (22,74%) são os maiores destinos dessa importação.

Na indústria de transformação, as importações de óleos combustíveis e adubos e fertilizantes químicos explicam o maior déficit, com saldo negativo acumulado de US\$ 3 bilhões e US\$ 2 bilhões, respectivamente. Os óleos combustíveis são originários principalmente dos Estados Unidos e da Rússia, com os maiores destinos sendo a Bahia (35,69%), Maranhão (34,16%) e Pernambuco (19,49%). Os adubos vêm majoritariamente da Rússia e China, concentrando-se na Bahia (48,97%) e Maranhão (40,49%).

Na indústria extrativista, os óleos brutos de petróleo e gás natural representam os maiores



responsáveis pelo desequilíbrio. Óleos brutos acumulam um saldo negativo de US\$ 2,8 bilhões e o gás natural chega a US\$ 1,5 bilhão. A Bahia concentra 91,89% das importações de gás natural, refletindo uma forte dependência dessa fonte, enquanto as importações de carvão mineral somam US\$ 465,5 milhões, com 88,54% direcionados ao Ceará.

**Tabela 2:** Balança Comercial dos Estados – Acumulado até nov/2024 (Em milhões)

UF	Exportação (US\$ FOB)	Importação (US\$ FOB)	Saldo (US\$ FOB)
AL	768	784	▼ 16
BA	10.764	10.078	▲ 686
CE	1.373	2.841	▼ 1.468
MA	5.158	3.658	▲ 1.500
PB	138	1.287	▼ 1.148
PE	1.866	6.817	▼ 4.951
PI	1.351	260	▲ 1.091
RN	973	533	▲ 441
SE	375	350	▲ 25
<b>NE</b>	<b>22.767</b>	<b>26.608</b>	<b>▼ 3.842</b>

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Até novembro de 2024, a Bahia continua consolidada como o principal polo do comércio exterior do Nordeste, liderando as exportações com 47,28% de participação e alcançando um superávit de US\$ 685,94 milhões, o que reflete equilíbrio entre exportações e importações. O Maranhão registrou o maior superávit da região, com US\$ 1,5 bilhão, seguido pelo Piauí, com US\$ 1,09 bilhão, e pelo Rio Grande do Norte, com saldo positivo de US\$ 440,65 milhões.

Por outro lado, Pernambuco e Ceará enfrentaram déficits significativos: Pernambuco teve déficit de US\$ 4,95 bilhões, enquanto o Ceará apresentou um saldo negativo de US\$ 1,47 bilhão. Esses déficits são atribuídos principalmente às elevadas importações industriais e de combustíveis, que têm grande peso nas economias desses estados.

Por fim, Alagoas registrou um déficit mais modesto de US\$ 16,32 milhões, enquanto Sergipe apresentou superávit de US\$ 25,20 milhões, sem representar grandes impactos no comércio da região.



## Finanças Públicas

*Um diagnóstico da situação fiscal das capitais nordestinas: na última década as capitais nordestinas melhoraram sua situação fiscal quando comparadas a outras capitais brasileiras*

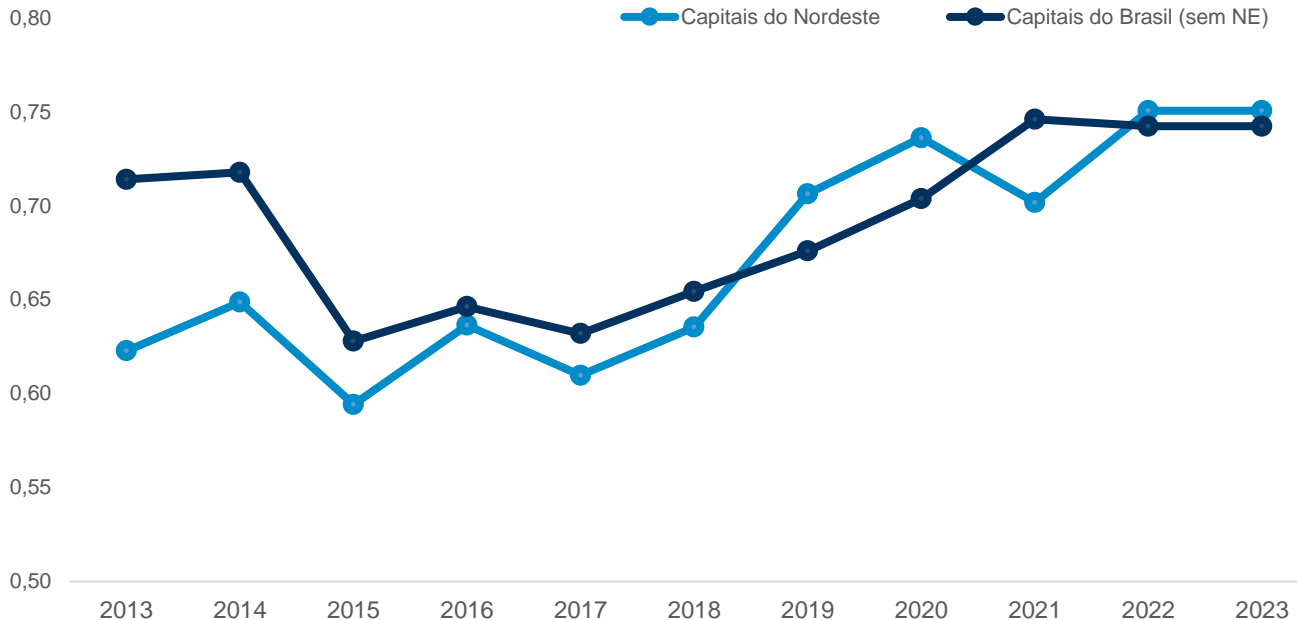
Com a chegada de 2025, prefeitos e prefeitas tomam posse para iniciar um novo ciclo eleitoral que será fortemente dependente das condições fiscais herdadas do ciclo eleitoral anterior (2020 - 2024). A região Nordeste possui capitais relevantes tanto no contexto local quanto nacional. Segundo dados do Censo de 2022, entre as dez maiores capitais do Brasil em termos populacionais, três estão localizadas no Nordeste: Fortaleza (4º lugar), Salvador (5º lugar) e Recife (10º lugar). Este texto analisa quais as condições fiscais das capitais nordestinas em comparação às demais capitais do Brasil.

Caracterizar a situação fiscal de um ente subnacional não é uma questão simples. Neste texto, recorre-se a indicadores representativos e com metodologia adequada para tal finalidade. Um dos mais utilizados é o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Esses indicadores utilizam dados oficiais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para medir quatro aspectos das finanças públicas municipais: Autonomia, Gestão de Pessoas, Investimento e Liquidez. Cada indicador varia de 0 a 1, sendo 1 a melhor condição fiscal. A partir desses subindicadores, é construído o Índice Firjan de Gestão Municipal (IFGM), em que cada subindicador recebe um peso de 25% para compor o indicador geral. O IFGF também varia entre 0 e 1, sendo 1 a indicação de melhor situação fiscal. Outra vantagem do IFGF é que seu cálculo é realizado desde 2013, permitindo analisar a evolução temporal das condições fiscais dos municípios.

O gráfico 1 apresenta a evolução do IFGF entre 2013 e 2023, agregando o indicador pela média para dois grupos de municípios: capitais do Nordeste (azul-claro) e capitais do Brasil exceto as nordestinas (azul-escuro). Em 2013, havia uma diferença de aproximadamente 10 pontos percentuais entre o IFGF das capitais nordestinas e as demais capitais do Brasil, sugerindo que as capitais nordestinas apresentavam situação fiscal pior do que as demais capitais brasileiras. As capitais de João Pessoa, Maceió, Natal e Teresina, representando 44% das capitais nordestinas, apresentavam um IFGF que as classificava como “em dificuldade”. Por sua vez, para as demais capitais brasileiras, apenas 23% estavam na mesma situação em 2013.



Gráfico 1: IFGF Geral para as capitais brasileiras entre 2013 e 2023

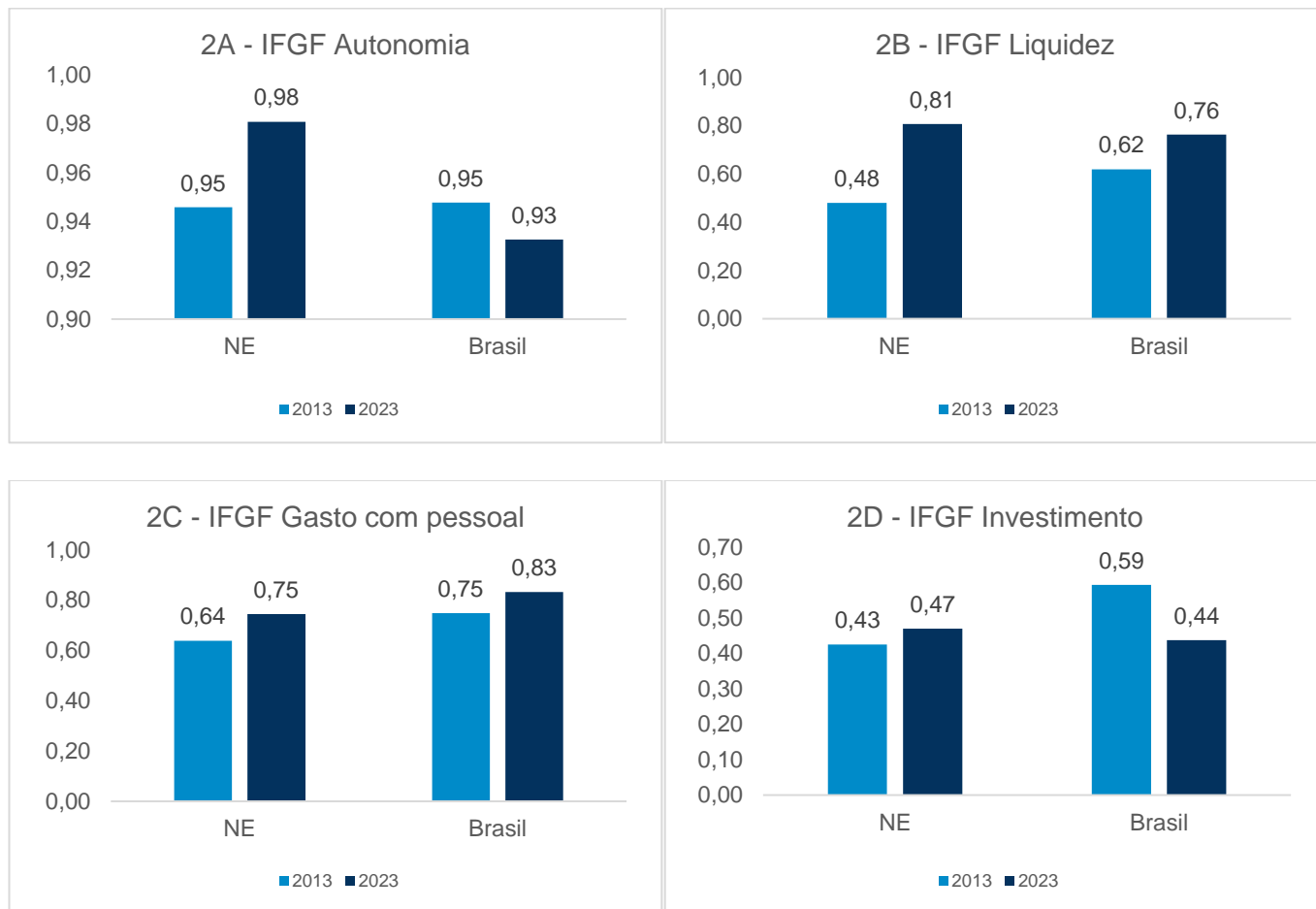


Entre 2015 e 2020, o IFGF das capitais nordestinas apresentou significativa melhora, saltando de 0,59 ponto em 2015 para 0,73 ponto em 2020. Após 2019, as capitais nordestinas apresentaram resultados no IFGF melhores que as demais capitais do Brasil, com exceção de 2021. Atualmente, apenas João Pessoa tem situação fiscal classificada como em dificuldade, e as capitais nordestinas apresentam o mesmo nível médio do IFGF. Ou seja, houve na última década uma melhora substancial nas condições fiscais das capitais da região Nordeste.

Quais características fiscais foram responsáveis por essa melhora das capitais nordestinas? Para responder essa pergunta, recorre-se aos subindicadores. Os gráficos 2A a 2D apresentam os subindicadores do IFGF para os anos de 2013 e 2023. Analisando inicialmente 2013, as capitais do Nordeste apresentavam forte dificuldade nos indicadores de Liquidez e Investimento. O indicador de liquidez mensura a Disponibilidade de Caixa (Caixa e equivalentes subtraídos dos restos a pagar de exercícios anteriores) sobre a receita corrente líquida. Por sua vez, o indicador de investimento é medido pela razão entre Investimento mais inversões financeiras e a receita total. Ambos os subindicadores cresceram substancialmente entre 2013 e 2023 – porém, a liquidez cresceu 33 pontos percentuais, e o de investimento apenas 4 pontos percentuais. Interessante que ambos apresentam resultados maiores do que as demais capitais, mas no caso do indicador de investimento esse fato se deve a uma forte redução do investimento das demais capitais nacionais.



Gráfico 2: Subindicadores do IFGF para os anos 2013 e 2023



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Elaboração: FGV IBRE/Nordeste.

Os demais indicadores, Autonomia e Gasto com pessoal, apresentavam situação adequada em 2013 para as capitais nordestinas, porém, mas aos mesmos indicadores das demais capitais brasileiras. No entanto, entre 2013 e 2023, o indicador de gestão de pessoal, que mede a razão entre a despesa líquida com pessoal e a receita corrente líquida, apresentou um aumento semelhante para todas as capitais brasileiras. Esse indicador é ajustado para que valores maiores representem uma redução do gasto com pessoal. Portanto, neste caso, houve melhora fiscal em termos de gastos com pessoal. Vale ressaltar que gastos com pessoal tornam o orçamento municipal rígido, inviabilizando alterações na composição dos gastos.

Por fim, há o indicador de autonomia, medido pelas receitas oriundas da atividade econômica local (incluindo receitas de arrecadação própria (tributárias, patrimoniais, serviços, industriais e agropecuárias) e receitas de transferências devolutivas do ICMS, IPVA, ITR e IPI-Exportação, que estão diretamente ligadas à economia local) subtraídas do custo com a estrutura administrativa, e divididas pela receita corrente líquida, que pode ser entendido como um indicador de quanto a receita dos municípios é decorrente do dinamismo da economia local. Esse indicador apresentou melhora para as capitais



nordestinas e perda relativa para as demais capitais. Com isso, as capitais nordestinas passam a depender menos da receita tributária fruto de transferências de outros entes federais.

Sumarizando, na última década as capitais nordestinas melhoraram sua situação fiscal quando comparada a outras capitais brasileiras. Essa melhora se deu principalmente pelo aumento nos quatro subindicadores do IFGF: autonomia, gasto com pessoal, investimentos e liquidez. As capitais brasileiras exceto as nordestinas pioraram nos subindicadores investimentos e autonomia, permitindo a ultrapassagem pelas capitais nordestinas. Assim, diante do exposto, as capitais nordestinas apresentam condições fiscais melhores para os prefeitos e prefeitas que ascenderam ao poder em 2025 do que para as da média das demais capitais brasileiras.



# NORDESTE EM FOCO

## Qual o tamanho da desigualdade racial na educação do Nordeste?

### **Gerrio dos Santos Barbosa**

Pesquisador da Associação Bem Comum

Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE)

### **Rafael Barros Barbosa**

Professor da Universidade Federal do Ceará

Pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE





No início da década de 1990, a principal preocupação dos agentes responsáveis pela formulação de políticas educacionais era o aumento da universalização do ensino básico no país. Uma vez alcançado um nível adequado de universalização da educação, o foco das políticas públicas tem se voltado para a qualidade da educação. O Banco Mundial apontou recentemente o desafio da pobreza de aprendizagem (BANCO MUNDIAL, 2022), com destaque negativo para o Brasil. Porém, as discussões acerca dos melhoramentos na qualidade da educação têm sido pautadas também pela necessidade de promoção da equidade, seja ela racial ou social.

O relatório de Coleman, publicado em 1966 nos EUA, constatou a existência de desigualdades no ensino entre brancos e negros e revelou que somente o crescimento de recursos financeiros na educação não seria suficiente para reduzir essas disparidades raciais nos resultados acadêmicos. No Brasil, o estudo seminal de Soares e Alves (2003) sugeriu que políticas educacionais sejam implementadas para diminuir os impactos das condições socioeconômicas e raciais dos alunos. Em 2006, Soares destacou que os alunos pretos estão concentrados nos mais baixos níveis socioeconômicos, obtendo desempenho significativamente menor que os pardos e brancos de mesmo nível socioeconômico. No estado de São Paulo, Botelho et al. (2015) encontraram que, mesmo controlando as condições socioeconômicas, comportamentais, características dos pais e demográficas dos alunos, os professores apresentaram viés racial ao atribuir menores notas aos alunos negros em comparação aos brancos. Os autores sugerem a possibilidade de esse viés ser explicado pela influência de estereótipos ou discriminação. Em todos esses casos, as diferenças de desempenho educacional não são explicadas por fatores relacionados às características econômicas e sociais dos estudantes brancos e pretos, mas sim por outros fatores associados à discriminação estrutural. Aqui se entende por discriminação estrutural aquela que limita as oportunidades de determinados grupos sociais ao igual acesso a políticas públicas.

Diante de tais evidências, diferentes ações têm tentado promover a equidade racial no Brasil. A partir da década de 2000, foram estabelecidas reformas e mudanças nas políticas nacionais de educação, com o maior destaque para a ampliação do financiamento da educação com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Mais recentemente, em 2020, o Novo Fundeb tornou-se permanente, incluindo critérios para a redução das desigualdades raciais e socioeconômicas. Outras iniciativas, como a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), e selos para escolas antirracistas, têm sido criadas visando avançar nessa pauta de equidade racial na educação. Anteriormente, as leis nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008 tornaram obrigatório, no currículo, o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, apesar da pouca efetividade na aplicação dessas políticas nas escolas do país até os dias atuais. Todas essas ações destacam o interesse do estado brasileiro em reduzir as disparidades raciais na educação.



Na região Nordeste, os estados do Ceará e de Pernambuco se destacam como pioneiros na criação de políticas educacionais que se tornaram referência para outros estados brasileiros. No Ceará, a criação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e do ICMS educacional foi utilizada como estratégia para premiar com transferências intergovernamentais os municípios com bons resultados escolares. Em Pernambuco, a implementação do Programa de Educação Integral (PEI) foi focada na ampliação do tempo da jornada escolar e na formação integral e integrada dos estudantes do ensino médio, estendendo-se posteriormente a todo o ensino básico. Apesar de exitosas, essas políticas não possuem mecanismos explícitos de combate às desigualdades raciais na educação.

Diante disso, este texto busca entender qual o nível de desigualdade racial na educação do Nordeste. Para tanto, utilizam-se informações do SAEB, de 2007 a 2019, para responder alguns questionamentos: como se comportou o desempenho educacional dos estados do Nordeste? Além disso, as políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação foram equitativas, reduzindo as desigualdades raciais? A análise neste artigo foca somente na disciplina de Língua Portuguesa, pois os resultados em Matemática apresentam magnitudes menores e seguem as mesmas direções que os de Língua Portuguesa.

Nas Figuras 1 e 2 abaixo, é apresentado um panorama do desempenho da região, mostrando a taxa de crescimento das notas de Língua Portuguesa entre 2007 e 2019, além das diferenças de notas (gaps) entre alunos autodeclarados negros (pretos e pardos) e brancos. Nota-se que, quanto menor a nota média, maiores são as notas dos alunos brancos em relação aos negros (iniquidade racial). Os pontos vermelhos indicam os gaps de notas entre os dois grupos raciais em 2007, enquanto os pontos azuis representam esses gaps em 2019. Já os valores em percentuais representam a taxa de crescimento da nota entre 2007 e 2019. As notas são apresentadas na escala SAEB, que varia de 0 a 500 pontos, calculadas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), o que possibilita a comparação entre períodos e etapas de ensino.

No geral, tanto no 5º quanto no 9º ano do ensino fundamental, ao longo desses 12 anos, houve crescimento no desempenho. Entretanto, as diferenças nas notas dos alunos brancos em relação aos negros se ampliaram, especialmente no 9º ano. Esses resultados sugerem que as diversas políticas criadas no período para melhorar a qualidade da educação obtiveram êxito em alguns aspectos, mas não avançaram fortemente em relação à equidade racial, penalizando potencialmente os alunos autodeclarados pardos e pretos.

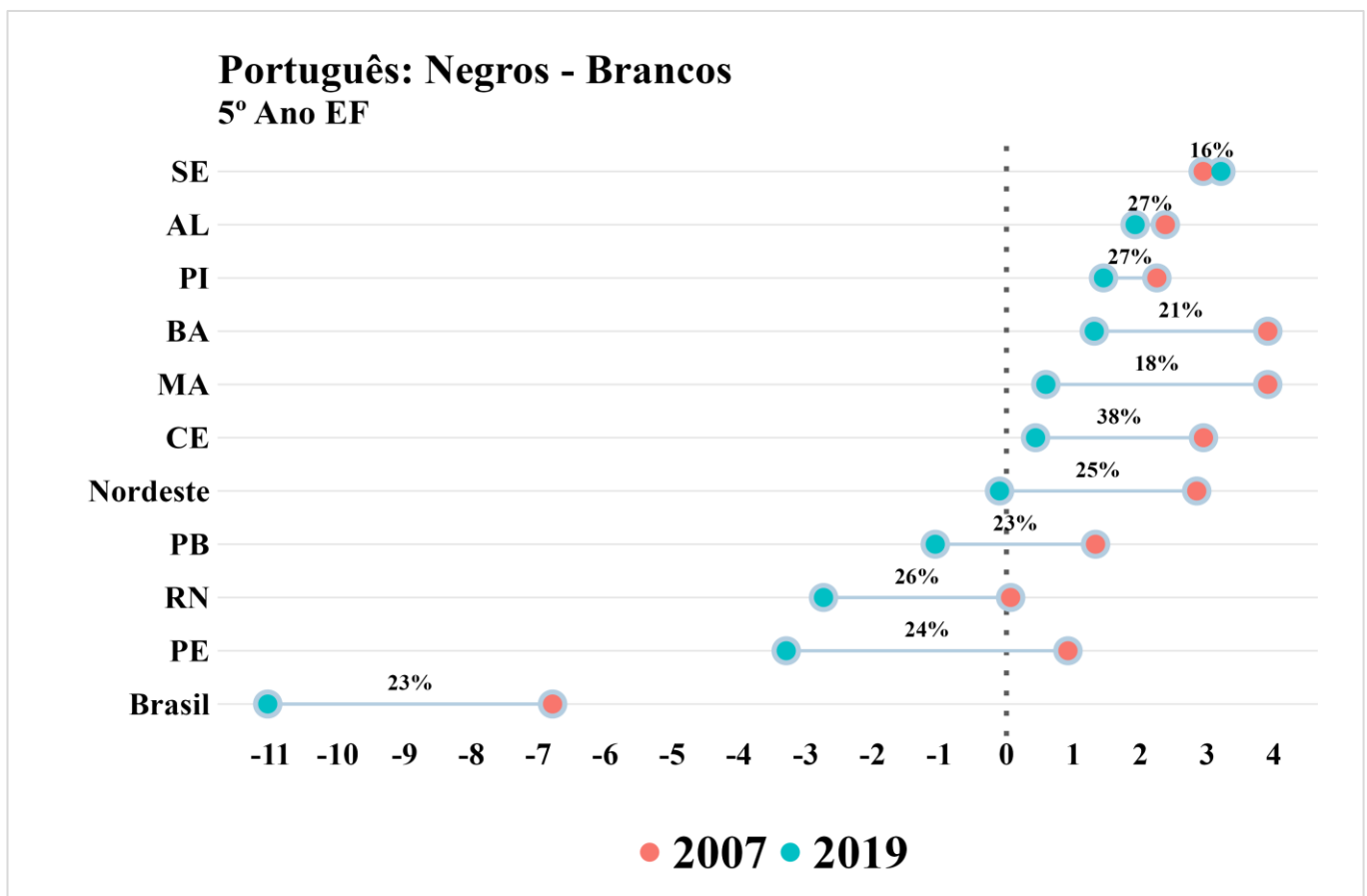
No 5º ano, as diferenças de notas em 2007 foram positivas, indicando que os alunos negros alcançavam notas superiores às dos brancos, mas essas diferenças declinaram ao longo do período, com exceção de Sergipe e Alagoas, que permaneceram praticamente no mesmo patamar. Observa-se que, em média, o Nordeste apresentou uma taxa de crescimento em torno de 25% (acima dos 23% registrados pelo Brasil) em suas notas, com redução das diferenças na direção da igualdade de notas, exceto no Rio



Grande do Norte e em Pernambuco, onde os alunos brancos apresentam pouco mais de 3 pontos acima das notas dos alunos negros.

No 9º ano, os resultados são ainda mais preocupantes, pois todos os estados da região Nordeste sofrem um aumento da desigualdade racial, apesar das menores taxas de crescimento das notas em comparação ao 5º ano. O estado do Ceará, por exemplo, aumentou suas notas em 23% entre 2007 e 2019, mas a diferença de notas entre alunos brancos e negros ampliou-se em quase 6 pontos na escala SAEB. Isso evidencia que, mesmo num estado com políticas educacionais inovadoras, existem aspectos a melhorar em suas estratégias para reduzir as disparidades raciais entre o desempenho de seus estudantes.

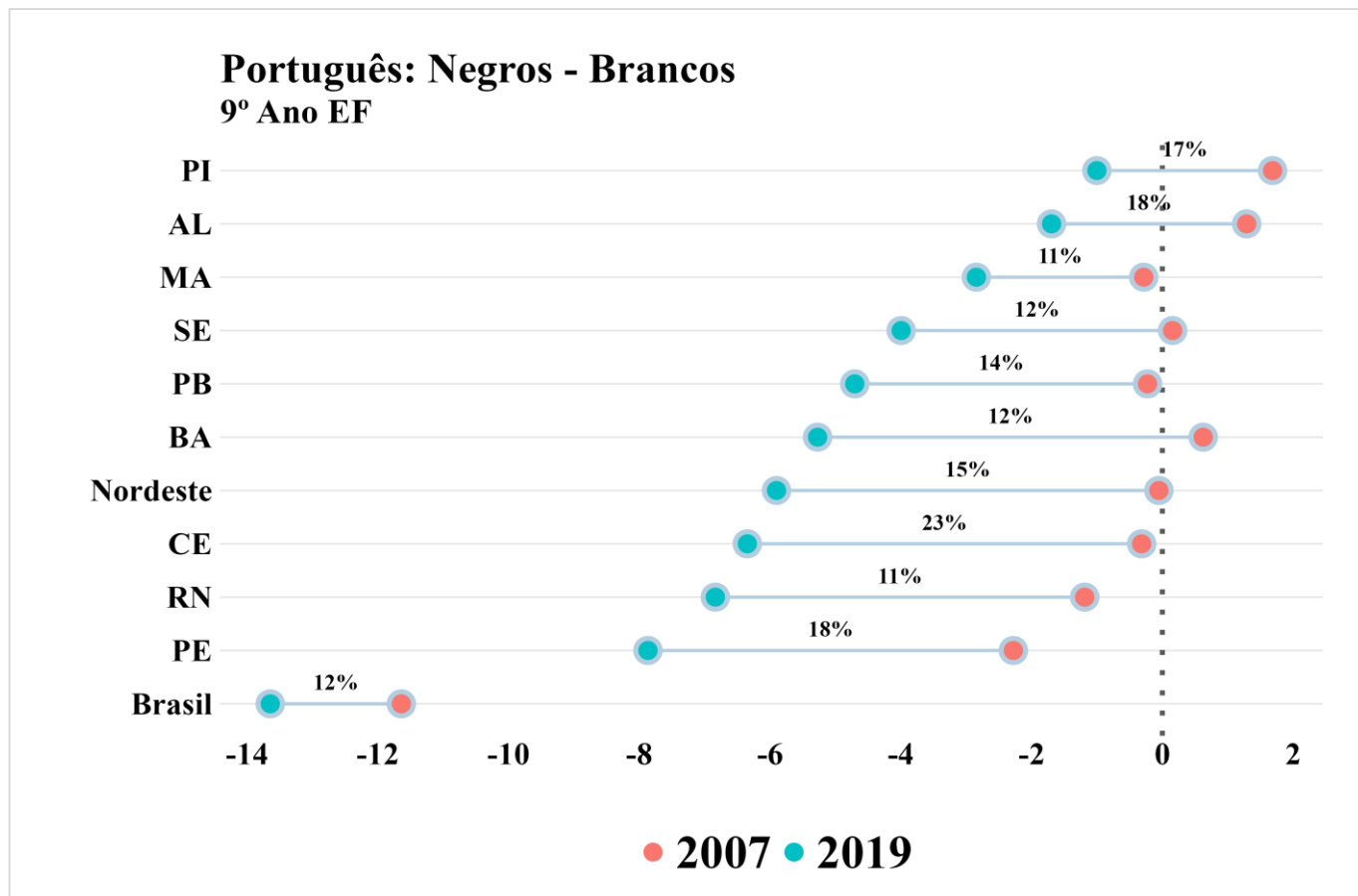
Figura 1: Crescimento do desempenho entre o período e gaps na disciplina de Português, 5º ano



Nota: Pontos vermelhos: gaps de desempenho racial em 2007; Pontos Azuis: gaps de desempenho racial em 2019; valor em (%): taxa de crescimento das notas entre 2007 e 2019.



Figura 2: Crescimento do desempenho entre o período e gaps na disciplina de Português, 9º ano



Nota: Pontos vermelhos: gaps de desempenho racial em 2007; Pontos Azuis: gaps de desempenho racial em 2019; valor em (%): taxa de crescimento das notas entre 2007 e 2019.

Um destaque positivo para os estados da região Nordeste ocorre quando os resultados das desigualdades raciais são comparados ao cenário nacional, em que os alunos brancos apresentavam diferenças substanciais no 5º e 9º ano já em 2007, com maior agravamento no 5º ano em 2019, aumentando cerca de 5 pontos na nota de Língua Portuguesa em relação aos alunos negros.

Em suma, nota-se a existência de aumentos consideráveis nas taxas de crescimento das notas de Língua Portuguesa na região Nordeste, inclusive acima do crescimento nacional. Contudo, os achados sugerem que os aumentos de desempenho não são equitativos do ponto de vista racial, com piora substancial na desigualdade educacional ao longo de 12 anos. Isto é, as evidências indicam que as políticas educacionais implementadas na região beneficiaram mais fortemente a aprendizagem dos alunos autodeclarados de cor/raça branca.



No debate público sobre desigualdade racial, na maioria das vezes, o baixo desempenho nas avaliações de alunos negros é associado exclusivamente aos níveis socioeconômicos. Além disso, os pretos possuem trajetórias escolares mais afetadas pelas desigualdades raciais do que os pardos.

Nessa perspectiva, as Figuras 3 e 4 mensuram os gaps de desempenho educacional em cada nível socioeconômico nas duas etapas de ensino para o ano de 2021, expressando os achados em um período desafiador para as redes de ensino, devido às condições de crise sanitária mundial, situação que agravou e evidenciou alguns problemas do sistema público de ensino brasileiro.

Na Figura 3, os pardos apresentam notas superiores aos brancos no 5º ano, mas essa vantagem diminui à medida que os níveis socioeconômicos dos nordestinos aumentam. No 9º ano, os pardos têm uma pequena vantagem apenas no nível socioeconômico mais baixo. Na Figura 4, os alunos brancos no 5º ano dos níveis 1 a 3 e no 9º ano no nível 1 exibem notas inferiores às dos pardos. No restante dos níveis e etapas de ensino, os brancos sempre alcançam notas superiores às dos pardos; porém, essas diferenças são mais acentuadas quando a comparação é com os alunos pretos em todos os níveis socioeconômicos.

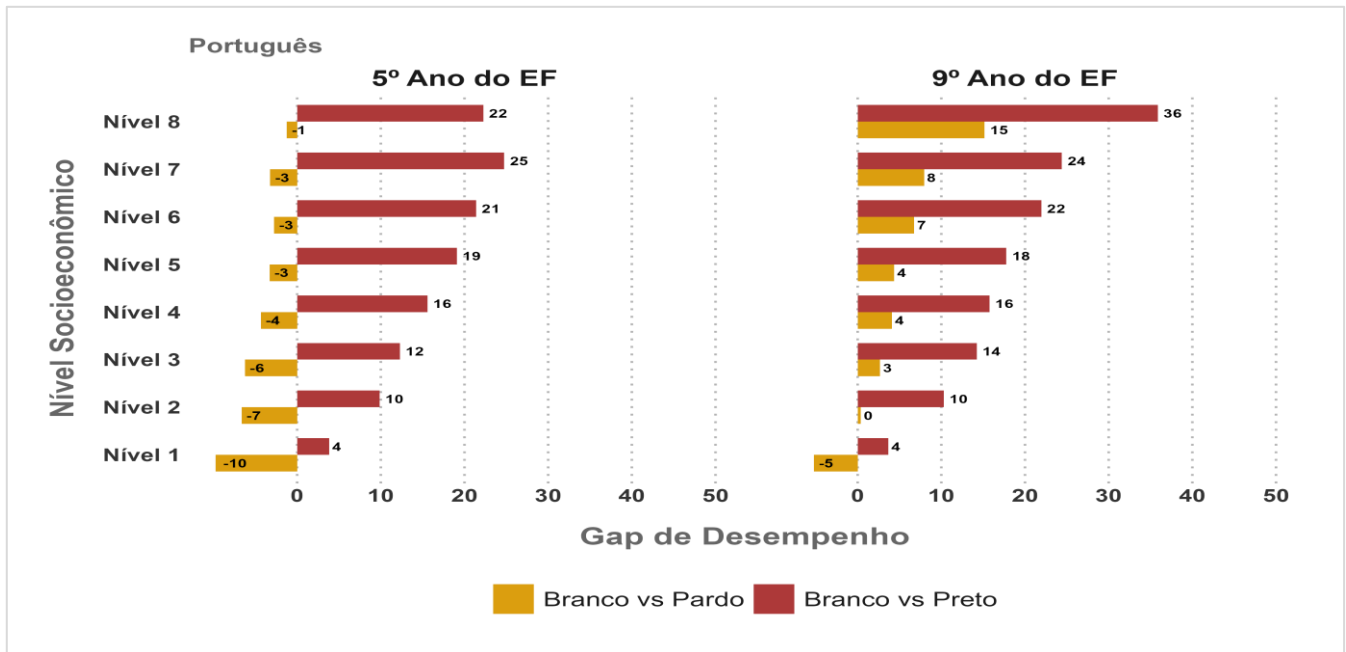
No nível socioeconômico mais baixo, no Nordeste, os alunos pardos possuem 10 e 5 pontos a mais que os alunos brancos no 5º e 9º ano, respectivamente. Já os pretos aparecem com 4 pontos a menos em ambas as etapas de ensino. No nível socioeconômico mais alto, os pardos superam os brancos em 1 ponto no 5º ano, mas no 9º ano têm 15 pontos a menos. Em comparação com os alunos pretos, os brancos possuem 22 e 36 pontos a mais no 5º e 9º ano, respectivamente.

Numa comparação geral, constatam-se alguns pontos importantes: i) o Brasil apresenta maior desigualdade em desempenho racial do que o Nordeste, especialmente nos níveis socioeconômicos mais elevados; ii) ao longo da trajetória escolar, as diferenças de notas entre alunos pardos e brancos se ampliam; iii) os alunos pardos conseguem mitigar as disparidades em relação aos brancos, especialmente no 5º ano e nos níveis socioeconômicos mais baixos; iv) os alunos pretos estão consistentemente atrás dos brancos em termos de desempenho acadêmico e, quando há alguma redução dessas diferenças ao longo da vida escolar, ela é modesta.

Nesse sentido, percebe-se um padrão de desempenho nas avaliações externas do SAEB, em que os alunos brancos obtêm notas mais altas do que os pardos e pretos, enquanto os pardos apresentam notas superiores às dos pretos. Portanto, no sistema de ensino, pardos e pretos não parecem seguir a mesma trajetória de desempenho ao longo da vida escolar, pelo menos considerando o 5º e o 9º ano. Ademais, observa-se que, mesmo estando no mesmo nível socioeconômico, as disparidades de notas entre brancos e pardos/pretos são evidentes, sendo mais expressivas para alunos autodeclarados pretos.

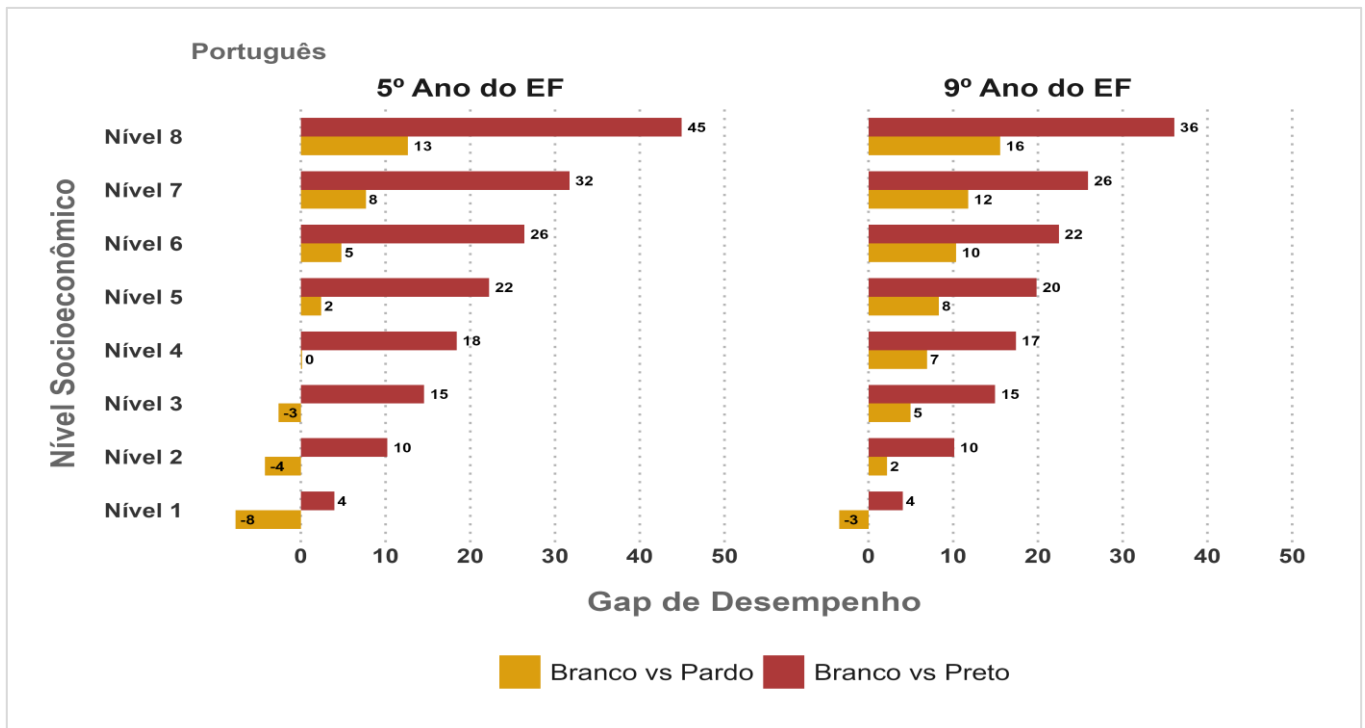


Figura 3: Gaps de desempenho racial no Nordeste por nível socioeconômico, 2021



Nota: O nível 1 indica o mais baixo nível socioeconômico, enquanto o nível 8 representa mais alto nível socioeconômico das famílias dos estudantes. Detalhe do cálculo do Índice Socioeconômico na nota técnica do Inep.

Figura 4: Gaps de desempenho racial no Brasil por nível socioeconômico, 2021



Nota: O nível 1 indica o mais baixo nível socioeconômico, enquanto o nível 8 representa mais alto nível socioeconômico das famílias dos estudantes. Detalhe do cálculo do Índice Socioeconômico na nota técnica do Inep.



Por fim, na breve análise, é evidente a desigualdade racial no ensino nordestino, mostrando um amplo privilégio de alunos brancos em comparação aos pretos e pardos. Além disso, as piores no desempenho dos alunos negros são ampliadas ao longo do tempo, especialmente no período da pandemia da Covid-19.

Como forma de correção dessas distorções, faz-se necessária a efetiva aplicação de políticas específicas para a promoção da equidade racial na educação nos diversos e diferentes territórios do país. Nesse sentido, a inclusão de pessoas negras e pertencentes aos seus territórios, exercendo funções de gestão de políticas públicas educacionais, pode mitigar a negligência ou invisibilização de ações relacionadas ao combate às desigualdades raciais no sistema educacional do país, assim como na região Nordeste. Inclusive, algumas políticas, como o letramento racial e os selos antirracistas, podem ser iniciativas que ganhem força no enfrentamento das desigualdades raciais educacionais.

Os resultados das disparidades de desempenho racial apresentados neste artigo não foram ajustados para diversos outros fatores que podem influenciar o desempenho dos estudantes, pois isso exigiria uma modelagem mais sofisticada, sendo inapropriada para este espaço. Portanto, este texto não pretende esgotar todas as discussões relacionadas às disparidades raciais na educação, mas, sim, promover uma reflexão sobre essa temática, especialmente em uma região que enfrenta múltiplas desigualdades ao longo de sua formação histórica, social, cultural e política.

## Referências

Coleman, J. S. (1966), *Equality of educational opportunity*, Vol. 1, US Department of Health, Education, and Welfare, Office of Education.

Soares, J. F. & Alves, M. T. G. (2003), 'Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica', *Educação e pesquisa* 29, 147–165.

Soares, J. F. (2006), 'Measuring cognitive achievement gaps and inequalities: The case of Brazil', *International Journal of Educational Research* 45(3), 176–187.

Botelho, F., Madeira, R. A. & Rangel, M. A. (2015), 'Racial discrimination in grading: Evidence from Brazil', *American Economic Journal: Applied Economics* 7(4), 37–52.



**Coordenação do Centro de Estudos  
para o Desenvolvimento do Nordeste**

Flávio Ataliba Barreto

**Coordenação Geral e Técnica do  
Boletim Macro Regional**

Isadora Gonçalves Costa Osterno

**Equipe Permanente**

João Mário Santos de França

Rafael Barros Barbosa

Vitor Hugo Miro

**Assistente de Pesquisa**

Thiago de Araújo Freitas

**Revisão Editorial**

Fernando Dantas

**Editoria de Arte**

Vanessa Grisolia





Dúvidas, fale conosco pelo e-mail:

[ibre@fgv.br](mailto:ibre@fgv.br)

 **FGV IBRE**

ACESSE O **FGV IBRE** NAS REDES SOCIAIS:

